

## O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO COMO UM ANALISADOR DA JUDICIALIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DE SUBJETIVIDADES DOCENTES

FELICIO, C. S<sup>1</sup>; MUNIZ, I. F<sup>2</sup>; PEREIRA, M. V. R. C<sup>3</sup>; RAMOS, T. R<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> SMERJ/NIAP/sam.felicio@hotmail.com

<sup>2</sup> Faculdade Maria Thereza/isabellamunix@gmail.com

<sup>3</sup> Faculdade Maria Thereza/mariavitoriaaprdc@gmail.com

<sup>4</sup> Faculdade Maria Thereza/thiagoramoshist@gmail.com

**Palavra-chave:** escola sem partido, criminalização, professores.

Para Lourau (1993), o analisador é um disparador que proporciona questionamentos das verdades instituídas. Pode funcionar como elemento analisador de situações naturais ou construídas, como exemplo de falas, eventos, entre outros. Neste trabalho, tomaremos as análises do programa escola sem partido como um analisador, pois ele compõe “num só golpe” (LOURAU: 1993, p. 35), uma ação que pode visibilizar o endurecimento ou engessamento de algumas linhas duras que surgem, em especial, nas escolas. O movimento “escola sem partido” (ESP) foi criado em 2003, mas atualmente ganha uma assustadora força, justamente neste contexto das ofensivas ultraconservadoras, judicializantes e moralistas, podendo visibilizar um recrudescimento do processo de judicialização nas escolas. Como analisadores desta iniciativa podemos citar alguns projetos de lei apresentados ou ainda em trâmite no Congresso como o PL 7180/2014, que “inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”, o PL 7181/2014, arquivado, desarquivado posteriormente e está em análise atualmente, que pretende engessar por dez anos a fixação de parâmetros curriculares nacionais, o PL 1411/2015 que tipifica o crime de “assédio ideológico” nos espaços educacionais, destacamos que em seu artigo 2º o autor da lei define o que seria “assédio ideológico. Podemos, portanto, a partir da ascensão deste ultraconservadorismo, compreender muitas das constantes violações aos



Direitos Humanos e uma espécie de permissividade que engrossa a criminalização alastrada e extermínio da nossa juventude. Estas constantes perdas de direitos, produzem uma indiscriminada insegurança. Compreendemos que nada mais é tido como seguro ou como direito das pessoas. Estes ataques se dirigem a várias subjetividades, desde funcionários públicos, mulheres, até aposentados, destacando neste trabalho o professorado brasileiro. Dentre as categorias profissionais, os professores despontam como exímios exemplos de ataques e vigilâncias já citadas. Neste cenário de destruição e proliferação de insegurança (ROLNIK, 2013), a educação torna-se muito mais supérflua numa sociedade que praticamente luta por sua própria sobrevivência, com inúmeros direitos e garantias colocadas em suspenso.

## Referências:

FELICIO, Samantha. A produção de subjetividade docente e o adoecimento de professores. 1 ed. - Curitiba: Appris, 2023.

LOURAU, René. "Análise Institucional e práticas de pesquisa". IN: Rodrigues, H.B.C. (org) René Lourau na UERJ. Rio de Janeiro: UERJ. (1993).

ROLNIK, Sueli. (2013). "As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações". In: HARVEY, David. et al., Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil (pp. 7-12). São Paulo: Boitempo.

